

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ / 2020.

Concede o Título de Cidadão do
Recife a Avanildo Duque da Silva.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão do Recife a Avanildo Duque da Silva.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Recife, 16 de março de 2020.

Ivan Moraes Filho
Vereador

JUSTIFICATIVA

Avanildo Duque da Silva nasceu em 2 de abril de 1964, na cidade de Paulo Afonso (BA). Filho da pernambucana Maria Duque da Silva e do paraibano José Isidoro da Silva, nasceu nessa cidade porque seus pais, que eram agricultores, migraram, nos anos 50, para Paulo Afonso por conta da construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), obra grande e pioneira, que atraía um grande contingente populacional.

Passou toda a sua infância e parte da adolescência nessa cidade natal, dividindo seu tempo estudando, brincando e trabalhando com seus pais, os quais eram feirantes. Ele, então, trabalhava praticamente todos os dias da semana. Nesse mesmo período, também ajudava sua mãe a cuidar e a apoiar a sua irmã, criança com deficiência (cadeirante), inclusive levando-a para a escola.

Em 1980, com apenas 14 anos, decidiu, junto com sua família, que iria concluir o Ensino Médio em outra cidade, pois as opções de cursos profissionalizantes em Paulo Afonso eram muito restritas. Assim, se mudou para Juazeiro (BA), para morar com sua tia e fazer o Curso Técnico de Auxiliar em Análises Químicas. Passou dois anos nessa cidade, quando aprimorou seu gosto pelo Voleibol, participando da Seleção Masculina Juvenil, que disputava vários torneios em cidades da Bahia e na vizinha cidade pernambucana Petrolina (PE). Foi também em Juazeiro que começou a tomar gosto pelas causas sociais, a partir do contato com o Bispo da Diocese de Juazeiro (BA), praticante da Teologia da Libertação e apoiador das famílias agricultoras e da população urbana atingida pela construção da Usina Hidroelétrica de Sobradinho, que inundou uma imensa área, tornando-a naquela ocasião o maior lago artificial do mundo.

Por conta do Vestibular unificado das Universidades pernambucanas, prestou esse Exame em 1981, em Petrolina, sendo aprovado para cursar Agronomia, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, na cidade do Recife. Foi assim que Avanildo chegou, em março de 1982, ao Recife, cidade onde nunca tinha ido antes, tendo oportunidade de ver o mar, pela primeira vez, aos 17 anos. A vida no Recife, nos tempos de Faculdade, não foi nada fácil, pois, sendo um jovem pobre, em um momento que o Brasil entrava num ciclo de recessão decorrente da crise mundial do Petróleo, teve que morar em Pensionato, República de Estudantes, quarto alugado e Casa de Estudante.

Porém, na Universidade, teve contato com um pulsante movimento estudantil, em anos finais do Regime Militar no Brasil, quando participou da efervescência dos movimentos de Redemocratização do país, especialmente o Movimento “Diretas Já”. Nesse período, manteve forte relação com sua terra natal, passando férias nessa cidade e apoiando os diversos movimentos de greve que surgiram no país; como uma das primeiras greves das Universidades Federais, em 1982, e a greve dos eletricitários da CHESF, também em 1982, que foram marcantes para questionar o Regime Militar e as condições dos(as) trabalhadores(as) nesse contexto de recessão econômica.

Durante os quase cinco anos em que esteve na Universidade, Avanildo também ajudou a criar um dos primeiros grupos de Agricultura Ecológica do Brasil, juntamente com outros(as) colegas que depois de formados(as) passaram a atuar em diversas

organizações que hoje são pulsantes na implementação de um novo paradigma para a agricultura e para o mundo rural, a Agroecologia. Terminou seus estudos universitários sendo um dos Coordenadores do Diretório Acadêmico, Entidade de representação dos estudantes de Agronomia. Orgulhou a família, por ser o primeiro Engenheiro formado, mas, por conta da crise econômica que assolava o país, tinha poucas perspectivas para exercer sua profissão. Então, ainda na Universidade, prestou concursos públicos, sendo aprovado em vários deles e assumindo um posto no Banco do Brasil, no final de 1986, ano em que tinha se formado.

Passou um ano apenas no Banco do Brasil, numa Agência no interior da Paraíba, quando também teve a oportunidade de participar da Greve Geral de 1987 e da greve dos Bancários, que estavam com seus salários achatados. Nessa greve, 800 mil trabalhadores fecharam agências em todo o país. Pediu demissão do Banco do Brasil a fim de procurar novos rumos para sua inserção social.

Assim, em 1988, foi contratado como Assessor Técnico do Polo Sindical do Submédio São Francisco, que mobilizava as 4.600 famílias agricultoras que seriam atingidas pela construção da Barragem de Itaparica, entre os estados de Pernambuco e Bahia. Essa experiência profissional, apesar de ~~ser~~ curta, foi verdadeiramente a “Universidade da vida” para esse jovem de apenas 24 anos, que vivenciou toda a violência e a dureza de uma relocação forçada dessas famílias atingidas por Itaparica, as quais precisaram abandonar suas terras, suas memórias e suas ancestralidades.

Quando se desligou do Polo Sindical, teve um convite para voltar ao Recife, para trabalhar como membro do Instituto de Filosofia Social, ligado à Universidade Católica de Pernambuco, onde atuou assessorando famílias camponesas no agreste de Pernambuco e quando fez sua Especialização em Cooperativismo, na Unisinos, em São Leopoldo (RS), em 1991. Nesse mesmo ano, foi aprovado no Mestrado de Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que concluiu no ano de 1997, defendendo a Dissertação “O Reassentamento Rural de Itaparica: conflitos e transformações do espaço agrário do Submédio São Francisco”. Esse estudo lhe possibilitou a oportunidade de se aprofundar, de forma teórica, sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos vivenciados pela população rural atingida por essa grande obra, inclusive constatando o final de um ciclo de construção de grandes barragens, em lugares densamente povoados, com a finalidade de produzir energia hidroelétrica.

Durante esse período, ingressou na equipe do **Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA)** do Centro de Estudos Josué de Castro, começando sua trajetória de Assessoria a famílias agricultoras de Pernambuco e da Paraíba, em atividades de intercâmbio e formação em tecnologias alternativas, bem como lutando por políticas públicas para o semiárido, a partir da constituição do **Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca, o Fórum Seca**, em 1991. Essa Iniciativa visava articular estratégias de convivência com a seca e fomentar a mobilização política das organizações atuantes no semiárido na busca coletiva por políticas públicas para a região, que enfrentava um grave quadro de estiagem, que se agravou em 1993, quando centenas de camponeses locais, articulados por 112 organizações e movimentos sociais, ocuparam a Sede da Sudene, em Recife-PE. Tal ação resultou na criação do Fórum Nordeste e na elaboração de um Documento histórico denominado “Programa de Ações

Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido Brasileiro: propostas da sociedade civil”, apontando medidas e ações a serem executadas pelo governo para garantir o “desenvolvimento sustentável” do semiárido, especialmente da população que praticava a agricultura familiar.

O Homenageado participou do processo de fortalecimento e crescimento do PTA do Josué de Castro, como Coordenador, levando sua equipe a fundar, em 1993, o **Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá**, contribuindo assim para ampliar o movimento agroecológico em Pernambuco. Foi Coordenador dessa Organização entre os anos de 1996 e 2000, momento em que essa ampliou sua atuação nas três zonas fisiográficas de Pernambuco, Mata, Agreste e Sertão, tendo participado da organização do **Fórum Paralelo da Sociedade Civil**, na **Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP 3)**, realizada no Recife, em 1999. Na ocasião, foi escrito o Documento intitulado **Declaração do Semiárido**, que foi a base para a constituição da **Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)**.

Também como Coordenador do **Centro Sabiá**, coordenou a Rede de Organizações de Agricultura Alternativa e Agroecológica (Rede PTA) no Nordeste, que mobilizou e articulou Organizações desse campo para a realização do primeiro **Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)**, em 2002, momento fundante de outra importante Rede da sociedade civil, a **Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**. Naquela ocasião, já não estava mais na equipe do Centro Sabiá, e sim representando o **Projeto Dom Helder Câmara**, do qual foi Assessor, sendo convidado para coordenar um GT [?] sobre Relações de Gênero na Agroecologia, pois enquanto estava no **Sabiá** iniciou sua militância e Assessoria ao **Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste**, que continua até os dias atuais.

Ainda no **Sabiá**, iniciou uma carreira de Consultor, prestando serviços a várias Organizações, movimentos sociais e setores públicos do Recife, de Pernambuco e de várias partes do país, em especial do Nordeste Brasileiro, com destaque para: ~~a~~ **participação:**

- a) Participação na Avaliação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRS) em quatro Estados - Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Santa Catarina -, conduzida pelo Ibase/SAF-MDA, entre 2000 e 2001.
- b) Coordenação, entre 2006 e 2007, do **Projeto Direitos Humanos das Mulheres e Famílias Acampadas**, convênio entre a Casa da Mulher do Nordeste e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Pernambuco.
- c) Assessoria, entre 2002 e 2007, na elaboração de planos estratégicos para Organizações Não Governamentais (ONGs) feministas e do campo agroecológico, como o Centro das Mulheres do Cabo, o Esplar, a Casa da Mulher do Nordeste e a Associação Agroecológica Tijupá, bem como na elaboração de Documento programático da Intermón-Oxfam no Brasil.

Em 2007, mudou para o Rio de Janeiro (RJ) para assumir o cargo de Coordenador Geral de Programas da ActionAid Brasil, gerindo uma equipe responsável pela implementação dos programas locais e nacionais de direitos e participando ativamente do crescimento dessa Organização por meio de seu programa de captação de recursos a partir de doadores individuais. Nesse mesmo ano, ingressou na **Campanha Nacional pelo Direito à Educação**, representando a ActionAid no **Comitê Diretivo Nacional** e participando ativamente das **Conferências Nacionais de Educação** de 2010 e 2014, que prepararam e aprovaram o Plano Nacional de Educação.

No ano de 2009, foi convidado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco a participar, como Assessor Especializado em Gênero, da Equipe que elaborou o **I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres Rurais de Pernambuco**, lançado em março de 2010.

No ano de 2012, retornou ao Recife como responsável pela Gestão do Escritório Regional da ActionAid, o que representou uma estratégia de fortalecimento da ação dessa Organização frente às Organizações parceiras locais, cuja maioria se encontrava no Nordeste, em especial no estado de Pernambuco. Nesse período, coordenou uma equipe que construiu e implementou uma abordagem de planejamento baseada em Direitos Humanos, assessorando a elaboração de planos estratégicos para 25 Organizações e movimentos sociais.

Em 2017, foi indicado para concorrer ao **Prêmio Claudia**, sendo finalista e primeiro homem a receber esse Prêmio na Categoria “Eles por Elas”, por sua atuação em defesa e apoio às mulheres, em especial às mulheres rurais.

Em 2019, desligou-se da ActionAid e retomou sua função de Consultor, com destaque para o trabalho de monitoramento e avaliação que vem realizando frente ao **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**, no Projeto “Floresta de Babaçu em Pé”, financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES e implementado em 4 estados da região amazônica; e para a Assessoria na elaboração do Projeto “Meninas em Movimento pela Educação”, apresentado pelo Centro das Mulheres do Cabo e aprovado pelo *Malala Found*.

Nos primeiros meses de 2020, juntamente com outras pessoas recifenses engajadas na Agroecologia e na Economia Solidária, fundou a **Cooperativa de Comércio Justo e Consumo Responsável**, Iniciativa inovadora que vai ampliar o comércio de produtos agroecológicos e a oferta de produtos alimentares saudáveis e com preços justos em nossa cidade.

Ante o exposto, solicitamos o apoio desta Casa Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, com a outorga do Título de Cidadão do Recife ao Agrônomo e Militante Social Avanildo Duque da Silva por suas relevantes contribuições para a Agroecologia da cidade do Recife.

Câmara Municipal do Recife, 16 de março de 2020.

Ivan Moraes Filho
Vereador